

TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - NÍVEL SUPERIOR

TECNÓLOGO FORMAÇÃO - ÁREA - GESTÃO PÚBLICA

1. Este **caderno de prova**, com páginas numeradas de 1 (capa) a 26 (folha de anotação do candidato), é constituído de **50** (cinquenta) questões objetivas, assim distribuídas:

- **01 a 10** – Língua Portuguesa;
- **11 a 20** – Fundamentos da Educação e Legislação;
- **21 a 30** – Conhecimentos Gerais do Estado de Mato Grosso;
- **31 a 50** – Conhecimentos Específicos.

2. Caso o **caderno de provas** esteja incompleto ou apresente qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal a substituição deste.

3. Marque no **cartão-resposta** somente uma alternativa para cada questão, preenchendo completamente o círculo, conforme o exemplo abaixo.

01	(A)	(B)	(C)	(●)	(E)
02	(A)	(●)	(C)	(D)	(E)
03	(A)	(B)	(C)	(●)	(E)

- 3.1 A correção da prova será feita por processo de leitura óptica do **cartão-resposta** personalizado. Por isso, o candidato deverá atentar para a orientação contida nesta capa da prova sobre a forma correta de preenchimento do campo relativo a cada questão. Se o campo for preenchido em desacordo com essa

orientação, o candidato arcará com o ônus de não ter computada a exata pontuação alcançada.

3.2 Não rasure nem amasse o **cartão-resposta**.

4. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.

5. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.

6. Somente após decorridas 2 horas e 30 minutos do início da prova, o candidato, depois de entregar seu **caderno de prova** e seu **cartão-resposta**, poderá retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar **termo de desistência**, declarando sua desistência do concurso.

7. Será permitida a saída de candidatos levando o **caderno de prova** somente na última meia hora de prova.

8. Na página 26 deste **caderno de prova**, encontra-se a Folha de Anotação do Candidato, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato, para posterior conferência com o gabarito, somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova.

9. Após o término da prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **cartão-resposta** assinado e preenchido.

Nome do candidato:

[illegible]

Número da inscrição:

--	--	--	--	--	--

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I – base para responder às questões de **01 a 06**

Tratamento de dados pessoais pelo poder público

Apresentação

O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público possui muitas peculiaridades, que decorrem, em geral, da necessidade de compatibilização entre o exercício de prerrogativas estatais típicas e os princípios, regras e direitos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD).

Diante desse cenário, o desafio posto é o de estabelecer parâmetros objetivos, capazes de conferir segurança jurídica às operações com dados pessoais realizadas por órgãos e entidades públicos. Trata-se de assegurar a celeridade e a eficiência necessárias à execução de políticas e à prestação de serviços públicos com respeito aos direitos à proteção de dados pessoais e à privacidade.

Entre outros aspectos relevantes, muitos órgãos e entidades públicos têm questionado a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) sobre (i) o âmbito de incidência da LGPD e a aplicação de seus conceitos básicos ao setor público; (ii) a adequada interpretação das bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais; (iii) os requisitos e as formalidades a serem observados nas hipóteses de uso compartilhado de dados pessoais; e (iv) a relação entre as normas de proteção de dados pessoais e o acesso à informação pública.

Considerando essas questões, o presente Guia Orientativo busca delinear parâmetros que possam auxiliar entidades e órgãos públicos nas atividades de adequação e de implementação da LGPD. As orientações apresentadas constituem um primeiro passo no processo de delimitação das interpretações sobre a LGPD aplicáveis ao Poder Público. Por isso, a versão publicada ficará aberta a comentários e contribuições de forma contínua, com o fim de atualizar o Guia oportunamente, à medida que novas regulamentações e entendimentos forem estabelecidos, a critério da ANPD. As sugestões podem ser enviadas para a Ouvidoria da ANPD, por meio da Plataforma Fala.BR (<https://falabr.cgu.gov.br/>).

Cumpra enfatizar que não é objeto deste Guia a definição de conceitos básicos previstos na LGPD. Em caso de dúvida, sugere-se consultar a página de documentos e publicações da ANPD, na qual estão disponíveis orientações mais específicas sobre esses conceitos, a exemplo do Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado.

O Guia inicia com uma breve explanação sobre a LGPD, o conceito de Poder Público e as competências da ANPD. A seguir, são apresentadas orientações sobre as bases legais mais comuns e os mais relevantes princípios que devem nortear o tratamento de dados pessoais por entidades e órgãos públicos. Na parte final, serão abordadas duas operações específicas de tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: o compartilhamento e a divulgação de dados pessoais, sempre sob o enfoque da conformidade do tratamento com a LGPD. Os Anexos I e II trazem, respectivamente, um sumário das recomendações apresentadas na análise dos dois casos específicos mencionados.

A LGPD, o poder público e as competências da ANPD

A LGPD foi promulgada em 2018 e tem como objetivo regulamentar o tratamento de dados pessoais para garantir o livre desenvolvimento da personalidade e a dignidade da pessoa humana. Para isso, a lei estabelece uma série de regras a serem seguidas pelos agentes de tratamento, incluindo o Poder Público.

O termo “Poder Público” é definido pela LGPD de forma ampla e inclui órgãos ou entidades dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), inclusive das Cortes de Contas e do Ministério Público. Assim, os tratamentos de dados pessoais realizados por essas entidades e órgãos públicos devem observar as disposições da LGPD, ressalvadas as exceções previstas no art. 4º da lei.

Também se incluem no conceito de Poder Público: (i) os serviços notariais e de registro (art. 23, § 4º); e (ii) as empresas públicas e as sociedades de economia mista (art. 24), neste último caso, desde que (ii.i.) não estejam atuando em regime de concorrência; ou (ii.ii) operacionalizem políticas públicas, no âmbito da execução destas.

A LGPD visa, ainda, assegurar que dados pessoais sejam utilizados de forma transparente e com fins legítimos, ao mesmo tempo garantindo os direitos dos titulares. Especificamente em relação ao Poder Público, a LGPD (art. 55-J, XI e XVI) prevê que a ANPD pode solicitar informe específico sobre o âmbito, a natureza

dos dados e demais detalhes envolvidos na operação, bem como realizar auditorias sobre o tratamento de dados pessoais. O art. 52, § 3º, estabelece quais sanções podem ser aplicadas às entidades e aos órgãos públicos, com expressa exclusão das penalidades de multa simples ou diária previstas na LGPD.

Importante ressaltar que a ANPD é o órgão central de interpretação da LGPD e do estabelecimento de normas e diretrizes para sua implementação, no que se inclui a deliberação administrativa, em caráter terminativo, sobre a interpretação da lei e sobre as suas próprias competências e casos omissos (art. 55-K, parágrafo único; art. 55-J, XX). Além disso, a autoridade nacional detém competência exclusiva para aplicar as sanções administrativas previstas na LGPD, com prevalência de suas competências sobre outras correlatas de entidades e órgãos da administração pública no que se refere à proteção de dados pessoais (art. 55-K).

Assim, a ANPD possui competência originária, específica e uniformizadora no que concerne à proteção de dados pessoais e à aplicação da LGPD, previsão legal que deve ser interpretada de forma a se compatibilizar com a atuação de outros entes públicos que possam eventualmente tratar sobre o tema. A esse respeito, a LGPD (art. 55-J, § 3º) estabelece que a ANPD deve atuar em coordenação e articulação com outros órgãos e entidades públicos, visando assegurar o cumprimento de suas atribuições com maior eficiência e promover o adequado funcionamento dos setores regulados.

Importante ressaltar, por fim, que o servidor público que infrinja a LGPD também é passível de responsabilização administrativa pessoal e autônoma, conforme o art. 28 do Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro). Dessa forma, tratar dados pessoais indevidamente, como, por exemplo, vendendo banco de dados, alterando ou suprimindo cadastros de forma inadequada ou usando dados pessoais para fins ilegítimos pode levar à responsabilização do servidor público que praticou o ato ilegal.

Fonte: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-poder-publico-anpd-versao-final.pdf> (adaptado). Acesso em: 19 ago. 2022.

QUESTÃO 1

O primeiro parágrafo da seção “Apresentação”, do *Guia Orientativo – Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público*, tem função introdutória para os conteúdos que o sucedem. Identifique, entre as alternativas abaixo, aquela que define **CORRETAMENTE** o procedimento discursivo adotado pelos autores do texto para introduzir o tema por meio desse parágrafo:

- (A) Contextualização histórica das discussões sobre proteção de dados no setor público.
- (B) Opiniões de especialistas sobre o tema da proteção de dados no setor público.
- (C) Exemplificação por meio de caso concreto de infração à LGPD no setor público.
- (D) Identificação de especificidades da aplicação da LGPD no setor público.
- (E) Questionamento da relevância do tratamento de dados pessoais no setor público.

QUESTÃO 2

Ao longo do texto, há mais de uma referência a objetivos ou finalidades formulados por meio de orações com verbos no infinitivo. Qual das opções abaixo encerra uma oração que **NÃO** enuncia **NEM** um objetivo **NEM** uma finalidade?

- (A) “estabelecer parâmetros objetivos”.
- (B) “delinear parâmetros”.
- (C) “atualizar o Guia oportunamente”.
- (D) “regulamentar o tratamento de dados pessoais”.
- (E) “garantir o livre desenvolvimento da personalidade e a dignidade da pessoa humana”.

QUESTÃO 3

Observe novamente o parágrafo a seguir:

“Cumpre enfatizar que não é objeto deste Guia a definição de conceitos básicos previstos na LGPD. Em caso de dúvida, sugere-se consultar a página de documentos e publicações da ANPD, na qual estão disponíveis orientações mais específicas sobre esses conceitos, a exemplo do Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado”.

Com base na leitura dessa passagem, qual das palavras destacadas nas alternativas abaixo estabelece coesão referencial retomando um termo que a antecede?

- (A) “(...) objeto **deste** Guia” (...).
- (B) “(...) sugere-**se** consultar (...)”.
- (C) “Em caso de **dúvida** (...)”.
- (D) “(...) **na qual** estão disponíveis (...)”.
- (E) “(...) orientações **mais** específicas (...)”.

QUESTÃO 4

Com base nos conteúdos constantes no Texto I, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Toda e qualquer supressão de cadastros no setor público, inclusive às adequadas, implica uma infração à LGPD.
- (B) O Guia Orientativo do qual foi extraído o Texto I tem por objetivo atualizar a redação da LGPD no contexto do Poder Público.
- (C) Para os fins da LGPD, o termo “Poder Público” limita-se a órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais.
- (D) No contexto do Poder Público, a LGPD precisa atender tanto a prerrogativas de celeridade e eficiência quanto de privacidade e proteção de dados pessoais.
- (E) A LGPD confere autoridade aos órgãos públicos federais para aplicar sanções administrativas à ANPD.

QUESTÃO 5

Observe novamente o seguinte parágrafo do **Texto I**:

“**Também se incluem** no conceito de Poder Público: (i) os serviços notariais e de registro (art. 23, § 4º); e (ii) as empresas públicas e as sociedades de economia mista (art. 24), neste último caso, **desde que** (ii.i.) não estejam atuando em regime de concorrência; ou (ii.ii) **operacionalizem** políticas públicas, no âmbito da execução destas”.

Qual das alternativas abaixo apresenta uma proposta de alteração no texto que **NÃO** acarreta infração às regras da norma culta?

- (A) Substituir o conectivo **DESDE QUE** por **CONTANTO QUE**.
- (B) Substituir a forma verbal **INLUEM** por **INCLUI**.
- (C) Inserir uma vírgula imediatamente após a palavra **TAMBÉM**.
- (D) Substituir a forma verbal **OPERACIONALIZEM** por **OPERACIONALIZAM**.
- (E) Substituir a vírgula imediatamente antes de **DESDE QUE** por um ponto final.

QUESTÃO 6

Assinale entre as alternativas a seguir aquela em que o termo regente da preposição ou contração em destaque está **INCORRETAMENTE** identificado.

- (A) “(...) que decorrem, em geral, **da** necessidade de compatibilização (...)” – termo regente: **DECORREM**.
- (B) “(...) capazes de conferir segurança jurídica **às** operações com dados pessoais (...)” – termo regente: **SEGURANÇA**.

(C) "(...) a versão publicada ficará aberta a comentários (...)" – termo regente: **ABERTA**.

(D) "(...) princípios que devem nortear o tratamento de dados pessoais (...)" – termo regente: **TRATAMENTO**.

(E) "(...) sempre sob o enfoque da conformidade do tratamento com a LGPD." – termo regente: **CONFORMIDADE**.

TEXTO II – base para responder às questões de **07 a 10**



Fonte: <https://setting.com.br/blog/gestao-empresarial/gestao-por-competencia/> Acesso em: 20 ago. 2022.

QUESTÃO 7

As alternativas a seguir indicam elementos presentes no Texto II. Qual desses elementos **NÃO** é necessariamente uma característica prototípica do gênero discursivo infográfico?

- (A) Uso de palavras e imagens.
- (B) Tipografia em caixa alta.

- (C) Organização do discurso em blocos textuais separados.
- (D) Sentenças curtas.
- (E) Diagramação não apenas com fins estéticos, mas também com valor informacional.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa que contém afirmação **INCORRETA** sobre as estruturas gramaticais do Texto II.

- (A) Em “Dados e análises das habilidades e conhecimento dos funcionários levam a um melhor planejamento.”, a forma verbal **LEVAM** está flexionada na terceira pessoa do plural para concordar com o núcleo do sujeito **FUNCIONÁRIOS**.
- (B) Em “Facilita o aprendizado e o desenvolvimento orientados a negócios e elimina o treinamento sem valor agregado.”, o sujeito da forma verbal **FACILITA** é **GESTÃO POR COMPETÊNCIA**, presente na parte superior do infográfico.
- (C) Em “A organização gerencia todas as fases do ciclo de vida do funcionário: da aquisição ao desenvolvimento e retenção.”, o sinal de dois pontos é usado para separar o aposto.
- (D) Em “Quando há coerência entre as competências do profissional e as necessidades do cargo, ele se torna mais produtivo”, a vírgula é usada para separar uma oração subordinada adverbial temporal anteposta à oração principal.
- (E) Em “Com o alinhamento das competências do profissional e as necessidades do cargo, o colaborador se sente mais confortável.”, o pronome **SE** está sendo usado em posição proclítica.

QUESTÃO 9

Com base nos conteúdos constantes no Texto II, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A gestão por competência traz benefícios apenas para os gestores.
- (B) Treinamento sem valor agregado é algo positivo para uma empresa.
- (C) A produtividade é inversamente proporcional à coerência entre as competências do profissional e as necessidades do cargo.
- (D) Um melhor planejamento gera dados e análises das habilidades e conhecimento dos funcionários.
- (E) Quando competências são mapeadas para cada cargo, há impacto positivo no desenvolvimento profissional.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto à acentuação gráfica de palavras do Texto II.

- (A) **COMPETÊNCIA** – palavra acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo crescente.
- (B) **É** – palavra acentuada por ser monossílabo tônico terminado em E.
- (C) **ESPECÍFICA** – palavra acentuada por ser paroxítona terminada em A.
- (D) **CONFORTÁVEL** – palavra acentuada por ser paroxítona terminada em L.
- (E) **ANÁLISES** – palavra acentuada por ser proparoxítona.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11

Nos termos da Constituição Federal de 1988, identifique, entre as alternativas abaixo, a que **REPRESENTA** uma hipótese de perda do cargo pelo servidor público estável.

- (A) Em virtude de sentença judicial, após confirmação em segunda instância, ainda que caiba recurso a tribunais superiores.
- (B) Mediante processo administrativo inquisitorial, sendo prescindível a concessão da ampla defesa ao servidor processado.
- (C) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa ao servidor avaliado.
- (D) Em virtude da extinção do cargo ou da declaração da sua desnecessidade.
- (E) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, sendo desnecessária a concessão da ampla defesa ao servidor avaliado.

QUESTÃO 12

Conforme a Lei nº 8.027/90, pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor público ____ responde civil, penal e administrativamente, podendo as cominações civis, penais e disciplinares ____-__, sendo umas e outras _____ entre si, bem como as instâncias civil, penal e administrativa.

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas:

- (A) civil; cumular-se; independentes.
- (B) militar; excluir-se; dependentes.
- (C) civil; compensar-se; independentes.
- (D) militar; cumular-se; dependentes.
- (E) civil; excluir-se; independentes.

QUESTÃO 13

Nos termos da Lei nº 8.112/90, identifique entre as alternativas abaixo qual **NÃO** constitui um requisito básico para investidura em cargo público:

- (A) Ser brasileiro nato.
- (B) Gozar dos direitos políticos.
- (C) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais.
- (D) Ter o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- (E) Ter a idade mínima de dezoito anos.

QUESTÃO 14

À luz da Lei nº 11.892/08, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, julgue as assertivas abaixo:

- I. O Instituto Federal de Mato Grosso foi criado mediante a integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cáceres, e da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente.
- II. A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de *campus* da nova instituição.
- III. A Sede da Reitoria do Instituto Federal de Mato Grosso está localizada na cidade de Cuiabá.
- IV. O Instituto Federal de Mato Grosso, a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade Federal de Rondonópolis fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Está(ão) **CORRETA(S)** apenas a(s) assertiva(s):

- (A) I e III.

- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 15

Nos termos da Lei nº 11.091/05, julgue as assertivas abaixo acerca da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE):

- I. Cada Instituição Federal de Ensino deverá ter uma Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE).
- II. A CIS-PCCTAE poderá ser composta por servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
- III. A CIS-PCCTAE tem por finalidade acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira no âmbito da respectiva Instituição Federal de Ensino e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.
- IV. A instituição da CIS-PCCTAE no âmbito das Universidades Federais é facultativa.

Está(ão) **CORRETA(S)** apenas(s) a(s) assertiva(s):

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) Todas estão corretas.

Leia atentamente a situação hipotética abaixo, e responda às questões **16** e **17**.

Fulano é servidor efetivo do IFMT, ocupando o cargo de Jornalista. Preocupado com a condição espiritual dos servidores do IFMT, o servidor Fulano passa a enviar, diariamente, a todos os servidores da instituição, através da lista de e-mails institucionais à qual tem acesso em razão do seu cargo, mensagens de conteúdo proselitista da religião da qual é praticante fervoroso. Mesmo sem receber denúncia, ao tomar conhecimento dos e-mails enviados pelo servidor Fulano, a Comissão de Ética do IFMT resolve instaurar processo para apuração da conduta do referido servidor. Ao final do processo, a Comissão de Ética entendeu que o servidor Fulano não cometeu infração ética, visto que a sua conduta não é vedada pelo Código de Ética do IFMT.

QUESTÃO 16

Considerando a situação hipotética exposta, nos termos da Resolução CONSUP IFMT nº 91, de 15 de dezembro de 2014, identifique a alternativa **CORRETA**:

- (A) A Comissão de Ética não poderia ter instaurado processo para apurar a conduta do servidor Fulano, uma vez que não houve denúncia.
- (B) A Comissão de Ética somente poderia ter instaurado o processo para apurar a conduta do servidor Fulano se houvesse prévia autorização do Reitor do IFMT.
- (C) A Comissão de Ética somente poderia ter instaurado o processo para apurar a conduta do servidor Fulano se houvesse prévia autorização do Conselho Superior do IFMT.
- (D) A Comissão de Ética poderia ter instaurado o processo para apurar a conduta do servidor Fulano, mesmo sem denúncia, uma vez que lhe compete apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes.
- (E) Todas as alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 17

Considerando a situação hipotética exposta, nos termos da Resolução CONSUP IFMT nº 91, de 15 de dezembro de 2014, identifique a alternativa **CORRETA**:

- (A) A conduta do servidor Fulano configura infração ética, uma vez que é vedado aos servidores utilizar qualquer sistema de informação do IFMT para propagação de propaganda religiosa. Portanto, o entendimento da Comissão de Ética foi equivocado.
- (B) A conduta do servidor Fulano não configura infração ética, uma vez que ele estava se valendo da sua liberdade religiosa. Portanto, o entendimento da Comissão de Ética foi correto.
- (C) A conduta do servidor Fulano não configura infração ética, uma vez que é permitido aos servidores utilizar os sistemas de informação do IFMT para livre manifestação do pensamento. Portanto, o entendimento da Comissão de Ética foi correto.
- (D) A conduta do servidor Fulano configura infração ética, uma vez que é vedado aos servidores do IFMT praticar qualquer tipo de atividade religiosa, mesmo que exclusivamente no âmbito privado. Portanto, o entendimento da Comissão de Ética foi equivocado.
- (E) Todas as alternativas estão incorretas.

Leia atentamente a situação hipotética abaixo, e responda às questões **18, 19 e 20**:

Beltrano é servidor efetivo do IFMT, atuando na área de Gestão de Pessoas, sendo, nesse setor, o servidor responsável pelas análises das solicitações de Retribuição por Titulação. Durante a realização do seu trabalho habitual, Beltrano recebe um processo de solicitação de Retribuição por Titulação do professor Sicrano, também servidor do IFMT. Ocorre que o professor Sicrano é desafeto do servidor Beltrano, razão pela qual o servidor Beltrano passa a atrasar, deliberadamente, a análise do seu processo. O professor Sicrano, ao verificar que diversas solicitações de Retribuição por Titulação de outros professores que ingressaram com processos posteriormente ao seu já haviam sido analisadas, ficou revoltado com a situação, redigiu uma reclamação formal acerca da conduta do servidor Beltrano e encaminhou à Chefia Imediata do referido servidor. A Chefia Imediata do servidor Beltrano, ao receber a reclamação formal do professor Sicrano resolve, por indulgência, arquivá-la, deixando de encaminhar à Ouvidoria do IFMT, que é o setor responsável por realizar a análise desse tipo de reclamação.

QUESTÃO 18

Considerando a situação hipotética exposta, nos termos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), identifique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Pode-se inferir que o servidor Beltrano cometeu o crime de concussão.
- (B) Pode-se inferir que o servidor Beltrano cometeu o crime de peculato.
- (C) Pode-se inferir que o servidor Beltrano cometeu o crime de corrupção passiva.
- (D) Pode-se inferir que o servidor Beltrano cometeu o crime de advocacia administrativa.
- (E) Pode-se inferir que o servidor Beltrano cometeu o crime de prevaricação.

QUESTÃO 19

Considerando a situação hipotética exposta, nos termos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), identifique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Pode-se inferir que a Chefia Imediata do servidor Beltrano cometeu o crime de prevaricação.
- (B) Pode-se inferir que a Chefia Imediata do servidor Beltrano cometeu o crime de concussão.
- (C) Pode-se inferir que a Chefia Imediata do servidor Beltrano cometeu o crime de advocacia administrativa.
- (D) Pode-se inferir que a Chefia Imediata do servidor Beltrano cometeu o crime de condescendência criminosa.
- (E) Pode-se inferir que a Chefia Imediata do servidor Beltrano cometeu o crime de corrupção passiva.

QUESTÃO 20

Considerando a situação hipotética exposta, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (com as atualizações da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021), identifique a alternativa **CORRETA**:

- (A) A conduta do servidor Beltrano não pode ser tipificada como um ato de improbidade administrativa.
- (B) A conduta do servidor Beltrano pode ser tipificada como um ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (C) A conduta do servidor Beltrano pode ser tipificada como um ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (D) A conduta do servidor Beltrano pode ser tipificada como um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- (E) Todas as alternativas estão incorretas.

CONHECIMENTOS GERAIS DE MATO GROSSO

QUESTÃO 21

Observe a figura a seguir e analise os itens na sequência:



Fonte: Disponível em <https://meioambiente.culturamix.com/noticias/divisao-administrativa-do-brasil> Acesso em 07/10/2022

I. O Estado de Mato Grosso possui mais de 900 mil km² de extensão territorial, sendo superado em área pelos

estados do Amazonas e do Pará;

II. O único país sul-americano a fazer fronteira com Mato Grosso é o Paraguai;

III. Tendo como referência a capital do Estado, a nordeste temos fronteira com o Estado de Rondônia;

IV. O Centro Geodésico da América do Sul encontra-se em Mato Grosso, especificamente em Vila Bela da Santíssima Trindade, cidade que foi a primeira capital do Estado;

V. A única capital do Centro-Oeste a fazer fronteira ao sul com Mato Grosso é Campo Grande.

Estão **CORRETOS** os itens:

(A) II e V.

(B) III e IV.

(C) I e IV.

(D) I e V.

(E) III e V.

QUESTÃO 22

Segundo o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município mato-grossense com a menor população absoluta era:

(A) Porto Estrela.

(B) Araguaína.

(C) Ribeirãozinho.

(D) Rondolândia.

(E) Serra Nova Dourada.

QUESTÃO 23

Observe a figura a seguir, leia o enunciado e responda o que se pede:



Um dos grandes problemas enfrentados na logística de Mato Grosso são as grandes distâncias entre os municípios e a capital do Estado, o que resulta, às vezes, em certo isolamento de serviços, benfeitorias e investimentos do poder público nesses locais mais longínquos. Um desses municípios, localizado no extremo nordeste, a mais de 1.000 km de Cuiabá por transporte rodoviário, é:

- (A) Terra Nova do Norte.
- (B) Brasnorte.
- (C) Porto Esperidião.
- (D) Vila Rica.
- (E) Alto Araguaia.

QUESTÃO 24

“É a maior área alagável do planeta, com uma fauna exuberante e cenários que encantam qualquer visitante. Apesar de ocupar apenas 7,2% do estado, é o bioma mais exaltado quando se fala em Mato Grosso. Considerado pela UNESCO Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera”.

Disponível em <http://www.mt.gov.br/geografia>. Acesso em: 09 set. 2022.

Assinale a alternativa que caracteriza o bioma mato-grossense descrito.

- (A) Amazônia.
- (B) Cerrado.
- (C) Pantanal.
- (D) Parque Nacional Indígena do Xingu.
- (E) Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

QUESTÃO 25

Leia o texto e identifique a alternativa que completa **CORRETAMENTE** a lacuna:

“As exportações mato-grossenses do agronegócio alcançaram valores recordes para sua história em 2021. Conforme dados da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Estado fechou o ano com faturamento de US\$ 21,28 bilhões, quase 19% superior ao saldo do ano anterior, US\$ 17,94 bilhões. Com a receita, o Estado participou com 17,65% do total contabilizado pelas exportações nacionais do agro, US\$ 120,59 bilhões, outro volume recorde. Desse total, mais de 62% das exportações do agro de Mato Grosso se sustentaram no embarque (comercialização) de_____.”

Disponível em <https://www.matogrossoeconomico.com.br/agronegocio-e-industria/mt-encerra-2021-com-a-maior-receita-de-exportacao-de-produtos-do-agro-do-pais/>
Acesso em 13/09/2022.

- (A) carnes bovina e suína.
- (B) algodão em pluma.
- (C) milho.
- (D) cana-de-açúcar.
- (E) soja em grão.

QUESTÃO 26

Leia a manchete e o texto a seguir e responda o que se pede:

Âmbar, da J&F, investe R\$ 900 milhões em novas usinas a gás em Cuiabá

Empresa construiu quatro novas unidades, que totalizam 326 megawatts de potência
Por Gustavo Maia, atualizado em 12 jul 2022, 09h29 - publicado em 12 jul 2022, 08h30

“Controlada pelo grupo J&F, a Âmbar Energia vai inaugurar neste mês um conjunto de quatro novas usinas termelétricas a gás natural, em Cuiabá. O investimento total é de 900 milhões de reais. As quatro unidades totalizam 326 megawatts de potência e estão sendo concluídas ao lado da Usina Termelétrica Mário Covas, que já pertence à Âmbar. Com a expansão, o parque em Cuiabá passa a ser o maior da Âmbar e um dos maiores do país em capacidade de geração de energia a gás natural, com um total de 855 MW”. (adaptado)

Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/ambar-da-jf-investe-r-900-milhoes-em-novas-usinas-a-gas-em-cuiaba/>
Acesso em 28/09/2022.

Essa é a primeira e a mais importante usina termelétrica do Estado, localizada no Distrito Industrial, e sua fonte de energia é proveniente do maior fornecedor de gás natural ao Brasil, que é a (o):

- (A) Bolívia.
- (B) Paraguai.
- (C) Argentina.
- (D) Chile.
- (E) Venezuela.

QUESTÃO 27

Leia o texto e responda o enunciado a seguir:

“O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida geral e sintética usada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países. Foi criado em 1990 e vem sendo publicado anualmente desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD da ONU. O IDH varia em uma escala que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A escala classifica os países em cinco faixas: IDH muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo.

As dimensões que constituem o IDH são a Renda (padrão de vida medido pela Renda Nacional Bruta per capita); a Saúde/Longevidade (vida saudável e longa medida pela expectativa de vida) e a Educação (acesso ao conhecimento medido pela média de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar)”. (adaptado)

Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>. Acesso em 01/09/2022.

Sendo que Mato Grosso apresentou no último censo do IBGE (2010) um IDH de 0,725 e tendo por base as informações contidas no texto, o Estado apresentou um IDH:

- (A) muito alto.
- (B) alto.
- (C) médio.
- (D) baixo.
- (E) muito baixo.

QUESTÃO 28

Observe a figura a seguir, leia a notícia e depois responda o que se pede:



Fonte: <https://suportegeografico77.blogspot.com/2018/02/mapas-para-colorir-mato-grosso.html>.
Acesso em 01/10/2022.

AÇÃO PF

Polícia Federal e Exército Brasileiro combatem garimpo ilegal na Terra Indígena SARARÉ

Objetivo é encerrar ações que degradam o meio ambiente e colocam em risco comunidades indígenas

*“A PF deflagrou neste sábado (16/07/22) a Operação Alfeu VI, que visa dar cumprimento à decisão judicial que determina a desocupação da área atingida por garimpeiros, bem como apreensão de maquinários e utensílios que são utilizados na atividade de garimpagem ilegal. Concomitantemente, o Exército Brasileiro irá atuar em conjunto com a Polícia Federal, Funai e Força Nacional na Terra Indígena Sararé, localizada entre **os municípios de Conquista D’Oeste/MT, Nova Lacerda/MT, Pontes e Lacerda/MT e Vila Bela da Santíssima Trindade/MT**”.*

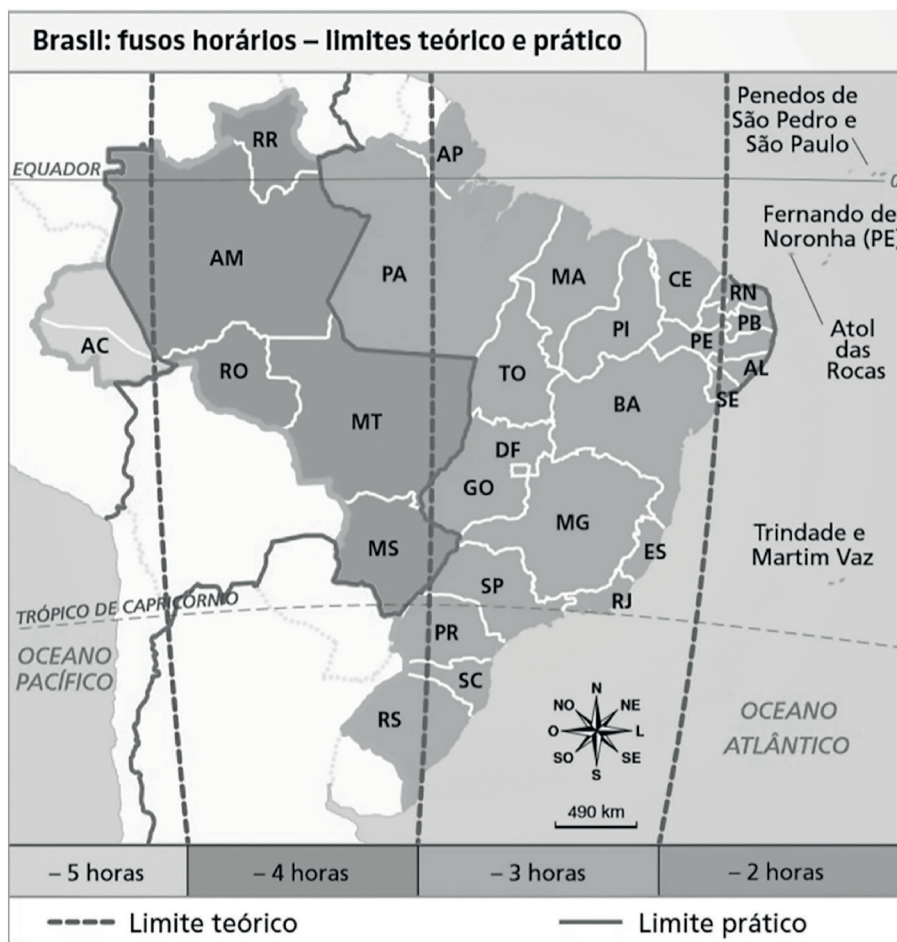
Disponível em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/07/policia-federal-e-exercito-brasileiro-combatem-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-sarare>
Acesso em 20/09/2022.

Com base nas mesorregiões de planejamento do Estado, os municípios em destaque encontram-se na porção:

- (A) Norte mato-grossense.
- (B) Nordeste mato-grossense.
- (C) Sudoeste mato-grossense.
- (D) Centro-sul mato-grossense.
- (E) Sudeste mato-grossense.

QUESTÃO 29

Observe a figura a seguir e responda:



Fonte: Disponível em https://www.geografiaescolar.com.br/2019/10/fuso-horario_27.html
Acesso em 01/09/2022.

Alguns municípios localizados nos limites entre Mato Grosso e Goiás e entre Mato Grosso e Tocantins utilizam o fuso horário de Brasília (adotando o limite teórico).

Portanto, quando comparados a Cuiabá, **esses locais** apresentam sempre:

- (A) uma hora atrasada.
- (B) duas horas atrasadas.
- (C) o mesmo horário.
- (D) uma hora adiantada.
- (E) duas horas adiantadas.

QUESTÃO 30

Julgue os itens como verdadeiros ou falsos com relação aos aspectos populacionais de Mato Grosso.

- I. Mato Grosso é um Estado de povos diversos, uma mistura de índios, negros, espanhóis e portugueses que se miscigenaram nos primeiros anos do período colonial.
- II. Atualmente, mais de 70% dos moradores residentes em Mato Grosso nasceram em outros Estados ou no exterior.
- III. Segundo o último recenseamento do IBGE (2010), Mato Grosso possuía 3.035.122 habitantes.
- IV. Nesse mesmo levantamento, constatou-se que viviam na zona urbana mais de 80% da população mato-grossense.
- V. Mato Grosso é um estado de proporções gigantescas com diversas regiões inabitadas, o que interfere diretamente na sua densidade demográfica, que é de 108,3 habitantes por km².

São **VERDADEIROS** os itens:

- (A) I, II, III.
- (B) I, III, V.
- (C) II, IV, V.
- (D) III, IV, V.
- (E) I, III, IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Henri Fayol foi um dos primeiros a definir as funções básicas do Administrador: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Dentre essas funções, a que sofreu maior evolução foi a função comandar, que hoje é conhecida como liderança.

(Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. Editora Campus, 7ª ed., pp. 81, 121-127)

A respeito da liderança, analise as assertivas abaixo:

- I.** A Teoria das Relações Humanas constatou a influência da liderança sobre o comportamento das pessoas, enquanto a Teoria Clássica enfatizava a autoridade formal, cuja liderança era realizada pela chefia nos níveis hierárquicos superiores sobre os inferiores.
- II.** Os autores da Teoria das Relações Humanas classificaram as teorias sobre liderança em três grupos: a) teorias de traços de personalidade; b) teorias de estilos de liderança; c) teorias situacionais de liderança.
- III.** Nas teorias dos estilos de liderança, o líder pode ser classificado em: a) autocrático; b) democrático; c) liberal; d) religioso.
- IV.** Nas teorias de traços de personalidade, é avaliado como o líder assume os padrões de liderança em conformidade com cada tipo de subordinado. Em situações em que o subordinado apresenta alto nível de eficiência, o líder pode dar-lhe maior liberdade, mas, se o subordinado apresenta erros seguidos, o líder pode dar-lhe menor liberdade de trabalho.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Todas estão corretas.
- (B) Somente I e II estão corretas.
- (C) Somente I e III estão corretas.
- (D) Somente II e III estão corretas.
- (E) Somente III e IV estão corretas.

QUESTÃO 32

Os ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas exercem a liderança perante as equipes de trabalho no serviço público. A respeito dessa temática, o Decreto n. 9.727, de 15 de março de 2019, estabeleceu os critérios e o perfil profissional para ocupação dos cargos em comissão e funções comissionadas na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

O referido decreto exige que, na escolha do ocupante do cargo em comissão ou função comissionada, sejam observados alguns critérios, como, por exemplo:

- I.** Idoneidade moral e reputação ilibada;
- II.** Formação acadêmica compatível com o cargo ou função para o qual tenha sido indicado;
- III.** Experiência profissional em atividades correlatas;

IV. Resultados de trabalhos anteriores relacionados ao cargo/função;

V. Capacidade de gestão e de liderança.

Com base nos critérios estabelecidos no Decreto n. 9.727/2019, marque a alternativa que mais se adequa aos critérios considerados relevantes na escolha do profissional que irá ocupar o cargo em comissão e funções comissionadas na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional:

- (A) experiência, comunicação, vaidade e habilidade.
- (B) conhecimentos, habilidade, indicação política e atitudes.
- (C) capacidade de negociação, especialização e liderança.
- (D) boa reputação, experiência profissional, resultados e capacidade de liderança.
- (E) capacidade técnica e pessoal, personalidade, formação acadêmica.

QUESTÃO 33

Em 13 de maio de 2021, o Ministério da Economia publicou a Instrução Normativa SEGES/ME n. 51, instituindo o Almoxarifado Virtual Nacional (AVN) para toda a Administração Pública Federal Direta.

O AVN possibilita que os órgãos sejam supridos sob demanda e os pedidos executados de forma eletrônica. A licitação será realizada de forma centralizada pelo Ministério da Economia e a mercadoria será entregue pela empresa contratada.

(Fonte: Brasil, Ministério da Economia. *Almoxarifado virtual nacional*. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/central-de-compras/almoxarifado-virtual-nacional>)

Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) O AVN não consegue proteger as organizações de eventuais atrasos dos fornecedores.
- (B) O AVN não implica ganhos com economia de escala na aquisição dos produtos.
- (C) O AVN permite o giro do estoque, o que representa aumento no custo.
- (D) O AVN permite minimizar o estoque de segurança, o que evita eventual risco de ruptura de estoque.
- (E) O AVN gera a redundância de trabalho e otimiza a força de trabalho.

QUESTÃO 34

Para COLLI (2022), *"a gestão patrimonial tem como uma de suas características a multidisciplinariedade, pois, para que seja realizada de maneira adequada, é preciso observar os aspectos administrativos, financeiros, contábeis e jurídicos."* (COLLI, Nicolli Anversa. **Gestão Patrimonial**: aspectos tributários. Editora Almedina. 2022).

Em relação à gestão patrimonial, analise as assertivas e marque a **INCORRETA**.

- (A) Tratando-se de bens patrimoniais tangíveis, a gestão patrimonial recai sobre bens móveis, imóveis, máquinas, equipamentos e instalações.
- (B) O inventário é o instrumento de controle para verificação dos saldos de estoques nos almoxarifados e nos depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes em uso no órgão ou entidade.
- (C) O inventário físico pode ser rotativo ou periódico. O inventário rotativo é a contagem de todos os itens em determinados períodos, e o inventário periódico é o levantamento contínuo e seletivo dos bens em estoque ou em uso.
- (D) A transferência gratuita da posse de um bem, com troca de responsabilidade de um órgão para outra instituição pública, dentro do âmbito da Administração Pública Federal Direta, é denominada como cessão.
- (E) A alienação é a operação que transfere o direito de propriedade do material mediante venda, permuta ou doação.

QUESTÃO 35

Em relação à gestão financeira e orçamentária na Administração Pública Federal, analise as assertivas abaixo e identifique as sentenças como verdadeiras ou falsas:

- I. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá ser compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Sendo assim, a LOA deve conter a estimativa de receitas e despesas referentes aos orçamentos fiscal, de investimento, de seguridade social e monetário.
- II. Com base no princípio da universalidade, o orçamento deve ser uno. Pelo princípio do equilíbrio, o total da despesa orçamentária não pode ultrapassar o total da receita orçamentária prevista para cada exercício financeiro.
- III. Os créditos adicionais são classificados em: créditos suplementares, créditos especiais e créditos extraordinários.
- IV. As receitas se dividem em orçamentária e extraorçamentária. Todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento, serão classificadas como receita orçamentária.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Os itens I e III são verdadeiros.
- (C) Apenas o item IV é verdadeiro.
- (D) Os itens II e III são verdadeiros.
- (E) Os itens III e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 36

Considere a situação hipotética abaixo:

O IFMT recebeu do Ministério do Desenvolvimento Regional o aporte de R\$ 7.150.000,00 (sete milhões, cento e cinquenta mil reais), por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), para desenvolver um projeto de pesquisa e extensão relacionado à irrigação e ao reuso de água nos municípios da região oeste de Mato Grosso.

Para execução desse projeto, o IFMT realizou as seguintes despesas:

Descrição da despesa	Valor empenhado em 2021	Valor pago até 31/12/2021
Construção de um laboratório de pesquisa	R\$ 5.000.000,00	R\$ 2.500.000,00
Aquisição de equipamentos para o laboratório	R\$ 1.500.000,00	R\$ 500.000,00
Aquisição de materiais de consumo para o desenvolvimento das pesquisas	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00
Aquisição de um veículo novo	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00

Em relação à construção do laboratório de pesquisa, estava prevista a realização de 10 medições. Cinco delas foram medidas e pagas até 31/12/2021. Porém, a 6ª medição, no valor de R\$ 500.000,00, foi liquidada em 31/12/2021 e o pagamento será realizado em 15/01/2022. As outras quatro medições serão realizadas em 2022.

Para as demais despesas que não foram pagas em 2021, o fornecimento e o pagamento estão previstos para ocorrer em 2022.

Nos termos da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, analise as assertivas abaixo:

- I. Foram empenhados em 2021: R\$ 6.650.000,00 (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) como despesas de capital e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) como despesas de custeio.
- II. Com a virada do exercício financeiro para 2022, foram inscritos em restos a pagar R\$ 3.250.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta mil reais).
- III. Com a virada do exercício financeiro para 2022, foram inscritos em restos a pagar R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais), sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em restos a pagar processados e R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais) em restos a pagar não processados.
- IV. Com a virada do exercício financeiro para 2022, foram inscritos em restos a pagar R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais), sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em restos a pagar não processados e R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais) em restos a pagar processados.
- V. Do total de recursos recebidos pelo IFMT em 2021, R\$ 3.250.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta mil reais) foram pagos no corrente exercício de 2021, sendo que, dos pagamentos realizados, R\$ 3.150.000,00 (três milhões, cento e cinquenta mil reais) são despesas de investimento e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) são despesas correntes.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) assertiva(s):

- (A) I e II.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e V.
- (E) Apenas IV.

QUESTÃO 37

Em 23 de fevereiro de 2005, por meio do Decreto n. 5.378, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPUBLICA, com o objetivo de desenvolver um modelo de excelência na gestão pública brasileira, através da fixação de parâmetros e critérios para avaliação e melhoria da qualidade da gestão pública, da capacidade de atendimento ao cidadão e da eficiência e eficácia dos atos da administração pública federal.

Com o passar dos anos, a Administração Pública Federal foi aprimorando esse modelo, com o objetivo de adotar novas propostas. O novo modelo proposto foi o da Governança Pública, instituída pelo Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017.

A respeito da Governança Pública, relacione a Coluna 1 à Coluna 2:

Coluna 1	Coluna 2
1. Governança Pública	() Compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido.
2. Gestão de riscos	() Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
3. Estratégia	() Processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração para identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, com vistas a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.
4. Controle	() Compreende processos estruturados para mitigar possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

A ordem **CORRETA** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) 3 - 1 - 2 - 4
- (B) 1 - 4 - 2 - 3
- (C) 3 - 1 - 2 - 4
- (D) 2 - 4 - 3 - 1
- (E) 2 - 1 - 4 - 3

QUESTÃO 38

A Lei n. 4.320/1964 estabelece dois sistemas de controle da execução orçamentária: interno e externo. A Constituição Federal de 1988 manteve essa concepção, porém ampliou o conceito, passando a abranger as áreas operacionais e patrimonial, o controle da aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

A respeito do controle orçamentário da administração, estão corretas as assertivas abaixo, **EXCETO**:

- (A) O controle da execução orçamentária compreenderá: a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos; o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
- (B) O exercício do controle externo é da competência do Poder Legislativo, que conta para tal com o auxílio dos Tribunais de Contas.
- (C) O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei do Orçamento.
- (D) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma independente, o sistema de controle interno, que será exercido pela Unidade de Auditoria Interna de cada Poder.
- (E) O controle interno por meio da verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévio, concomitante e subsequente.

QUESTÃO 39

Os princípios fundamentais orientadores de toda a atividade da Administração Pública encontram-se, explícita ou implicitamente, no texto da Constituição de 1988.

(Fonte: Alexandrino, Marcelo. Vicente, Paulo. *Direito administrativo descomplicado*. Rio de Janeiro: Forense, 18 ed., Método, 2010, p. 187).

Em face dos princípios constitucionais da Administração Pública, analise as assertivas abaixo:

- I. Pelo princípio da legalidade, é lícito à autoridade pública fazer o que a lei não proíbe.
- II. Na publicidade de caráter educativo, informativo ou de orientação social de atos, programas ou campanhas de órgãos públicos, é possível a divulgação de nome, símbolos ou imagens de autoridades ou servidores públicos, mesmo que essa publicidade caracterize promoção pessoal do agente público.
- III. A exigência de avaliação especial de desempenho para a aquisição de estabilidade pelo servidor público e a avaliação periódica de desempenho do servidor estável estão relacionadas com o princípio da eficiência.
- IV. A nomeação de um irmão da Autoridade para um cargo efetivo, mediante participação em um concurso público, não afronta qualquer princípio da Administração Pública, desde que o nomeado preencha os requisitos estabelecidos no edital e não tenha cometido nenhum ato ilícito no concurso.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) assertiva(s):

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) Apenas III.
- (E) III e IV.

QUESTÃO 40

Em 09 de dezembro de 2021, foi publicado o Decreto n. 10.889, que trata sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e da participação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo Federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado.

Analisar os trechos a seguir do Decreto Nº 10.889/2021, identifique os princípios a que estão correlacionados (não necessariamente na mesma ordem) e marque a alternativa **CORRETA**:

“Art. 6. Fica instituído o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo federal - e-Agendas, para registro e divulgação das informações das agendas de compromissos públicos dos agentes públicos.”

“Art. 11. O agente público de que trata o art. 2º deverá registrar e publicar, por meio do e-Agendas ou por meio de sistema próprio (...), as informações sobre:

(...) II. hospitalidades e presentes recebidos de agente privado, em decorrência do mandato, do cargo, da função ou do emprego público que exerça ou ocupe ou de atividades que exerça como agente público”.

“Art. 17. (...) é vedado a todo agente público do Poder Executivo federal receber presente de quem tenha interesse em decisão sua ou de colegiado do qual participe (...)”

Art. 18. Na hipótese de inviabilidade da recusa ou da devolução imediata do presente recebido, o agente público deverá entregá-lo ao setor de patrimônio de seu órgão ou de sua entidade, o qual adotará as providências cabíveis quanto à sua destinação.

*§ 1º A entrega de que trata o **caput** será realizada no prazo de sete dias, contado da data de recebimento do presente.”*

- (A) Publicidade, autotutela e moralidade.
- (B) Isonomia, finalidade e moralidade.
- (C) Publicidade, impessoalidade e moralidade.
- (D) Finalidade, especialidade e continuidade.
- (E) Eficiência, razoabilidade e impessoalidade.

QUESTÃO 41

A Lei nº 14.133/2021 dispõe sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. De acordo com a referida lei, assinale a alternativa que completa **CORRETAMENTE** a afirmação a seguir: O pregão é uma modalidade de licitação...

- (A) para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (B) para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico ou maior desconto.
- (C) obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- (D) para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- (E) para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

QUESTÃO 42

A construção e inauguração de um empreendimento, o desenvolvimento de um aplicativo e a realização de uma campanha de marketing são exemplos de projetos. Os Projetos são elaborados para alcançar resultados e para

isso precisam de gestão.

(Fonte: Maximiano, Antonio Cesar Amaru; Veroneze, Fernando. 2022. *Gestão de Projetos – Preditiva, Ágil e Estratégica*. Editora Atlas)

A respeito da gestão de projetos, analise os itens abaixo relacionando-os com as sentenças a seguir:

1. Métodos Preditivos;
 2. Métodos Ágeis ou Adaptativos;
 3. Projeto;
 4. Processo.
- () São rotinas ou atividades continuadas, sem prazo para terminar.
- () Enfatizam o desenvolvimento e a entrega de produtos, em detrimento de documentação e planejamento exaustivo.
- () É o método de planejar todo o projeto antes de iniciá-lo.
- () É um empreendimento temporário que fornece um produto específico, não rotineiro, não repetitivo, que produz mudança e benefícios.
- (A) 2, 1, 4, 3.
- (B) 3, 1, 4, 2.
- (C) 4, 2, 1, 3.
- (D) 3, 2, 1, 4.
- (E) 1, 2, 4, 3.

QUESTÃO 43

Sobre a cultura organizacional, julgue as sentenças a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () O clima organizacional é resultado da história da organização, suas crenças, valores, tipos de pessoas que compõem o seu quadro funcional, dos processos de trabalho e da estrutura administrativa e hierarquia estabelecida.
- () A cultura organizacional é um reflexo de cada organização, refletindo sua evolução, capacidade de adaptação a seu meio ambiente interno e externo.
- () Entender a cultura organizacional não é um requisito básico para implementar mudanças e inovações na organização.
- () A cultura organizacional não influencia na vantagem competitiva, produtividade, inovação, pessoas, comportamentos e na qualidade.
- (A) V, V, F, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) F, V, F, F.
- (D) F, V, V, V.
- (E) V, F, V, V.

QUESTÃO 44

A respeito da governança, da governabilidade e da *accountability*, analise as assertivas a seguir:

- I. A governabilidade está relacionada às condições de credibilidade e legitimidade para governar.
- II. A *accountability* está relacionada ao *empowerment* nas organizações e busca descentralizar as tarefas a partir do empoderamento das equipes.
- III. Dentre as definições e princípios, a governança pode ser definida como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão.

IV. A *accountability* é um termo da língua inglesa que pode significar, na língua portuguesa, a responsabilização pessoal pelos atos praticados e a exigência de prestação de contas.

Está(ão) **CORRETA(S)** as assertivas:

- (A) Apenas a I.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) Apenas a II.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 45

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, garante a quem interessar o acesso à informação e outros direitos, **EXCETO**:

- (A) informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- (B) informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- (C) orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
- (D) informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (E) informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos.

QUESTÃO 46

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F).

- () Os atos administrativos discricionários são aqueles praticados pela Administração Pública com certa margem de liberdade de decisão, cabendo ao gestor decidir, no caso concreto, observada a legislação, qual é a melhor maneira de atingir o interesse público.
 - () A revogação extingue o ato válido por razões de interesse público.
 - () Os atos administrativos vinculados são aqueles praticados pela Administração Pública sem margem alguma de liberdade, pois a lei estabelece previamente como o gestor deverá atuar.
 - () A anulação ocorre quando o ato é ilegal.
- (A) V, V, F, V.
 - (B) V, F, V, F.
 - (C) V, V, V, F.
 - (D) V, F, F, V.
 - (E) V, V, V, V.

QUESTÃO 47

São servidores públicos ocupantes de cargo efetivos:

- (A) Aqueles que ingressam na função em geral por meio de eleições e respondem pela alta direção política do Estado.

- (B) Aqueles que possuem vínculo contratual e trabalhista regido pela CLT.
- (C) Aqueles que possuem vínculo por tempo determinado para fazer frente à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (D) Aqueles que desempenham episodicamente funções públicas, não tendo vínculo permanente com o Estado.
- (E) Aqueles que ingressam por concurso público para ocupar cargos públicos, possuem vínculo estatutário e adquirirão estabilidade após aprovação no estágio probatório.

QUESTÃO 48

No que se refere aos contratos administrativos e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, julgue as sentenças a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () Regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público.
 - () Não serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
 - () Deverão mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas da Lei n. 14.133/2021 e às cláusulas contratuais.
 - () Não é obrigatório estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, nem as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora, ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.
- (A) V, V, F, V.
(B) V, F, V, F.
(C) V, V, V, F.
(D) V, F, F, V.
(E) F, V, V, V.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa que **MELHOR** defina as principais diferenças entre a gestão estratégica de pessoas e a gestão tradicional de pessoas:

- (A) A gestão estratégica de pessoas procura captar pessoas que, além de preencherem os requisitos do cargo, se tornem capital intelectual da empresa, comprometendo-se a alcançar os objetivos organizacionais, e que saibam trabalhar em equipe e compartilhar seus conhecimentos com a organização. A gestão tradicional de pessoas está focada em captar pessoas qualificadas para o cargo objetivando a entrega de tarefas e atividades.
- (B) A gestão estratégica de pessoas procura selecionar bons candidatos para a vaga oferecida pela organização, enquanto a gestão tradicional de pessoas procura criar capital intelectual para a organização.
- (C) A gestão tradicional de pessoas busca qualificar as pessoas para alcançar os objetivos estratégicos da organização, enquanto a gestão estratégica de pessoas busca qualificar as pessoas para o desempenho apenas de suas atribuições.
- (D) A gestão estratégica de pessoas está preocupada em desenvolver pessoas para atingir apenas os objetivos operacionais da organização, enquanto a gestão tradicional de pessoas une a estratégia da organização às suas operações.
- (E) A gestão tradicional de pessoas está preocupada com as entregas dos colaboradores, criando vantagem competitiva para a organização, enquanto a gestão estratégica de pessoas está preocupada com os processos internos da área.

QUESTÃO 50

Sobre a gestão de riscos, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) para as afirmativas a seguir:

- () Incerteza: capacidade de saber com antecedência a real probabilidade ou impacto de eventos futuros.
- () Mensuração de risco: significa estimar a importância de um risco e calcular a probabilidade e o impacto de sua ocorrência.
- () Gerenciamento de riscos: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.
- () Risco: possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos.

(A) F, V, V, V.

(B) F, F, V, V.

(C) V, V, V, V.

(D) V, F, V, V.

(E) F, F, F, V.



CONCURSO PÚBLICO

TECNÓLOGO FORMAÇÃO - ÁREA - GESTÃO PÚBLICA - Edital 90/2022 - IFMT

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do Candidato _____

Questão	Alternativa
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

Questão	Alternativa
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	